

O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 2 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3760972>



O CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO, O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA: SUAS INTERFACES COM DIVERSIDADE

Simone Rodrigues Batista Mendes¹

Resumo

O presente ensaio explora o currículo do novo ensino médio e o Plano Estadual de Educação de Roraima por meio de uma revisão bibliográfica e documental que leva as especificidades deste estado e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Palavras-chave: Currículo; Ensino Médio; Diversidade; Plano Estadual de Educação; Roraima.

Considerando o Plano Nacional de Educação – PNE que expressa o compromisso do Estado brasileiro Lei Nº 1008/2015 - Plano Estadual de Educação de Roraima – PEE, estabelece que “Art. 3º O PEE 2014/2024, recepciona as 20 (vinte) metas do PNE, objetivando a construção do Sistema Nacional de Educação, adequando a realidade local às metas I, III, XIV e XX, previstas na Lei nº 13.005/2014” (Roraima - PERR/RR, 2014).

A União, estado e municípios tem como desafio: o aumentar o nível de escolaridade da população, aumentar a taxa de alfabetização e a melhoria da qualidade da educação básica e superior, além de aumentar do acesso ao ensino técnico e superior, bem como, a valorização dos profissionais da educação, os investimentos em educação, a redução das desigualdades sociais e a democratização da gestão (BRASIL, 2014).

Com vistas ao cumprimento das metas de universalização da escolaridade e maior acesso ao ensino técnico o PEE/RR (2014-2024) traz para si também, o desafio da implementação de políticas de expansão e melhoria do ensino médio conforme as metas: 03 (universalização do ensino médio e a estratégias.) e a meta 07 e estratégia 7.1:

Meta 03: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento);

Meta 07: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo [...]

Estratégia 7 .1: estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e

¹ Doutora em Ciências da Educação. Professora da Educação Básica e superior. Consultora Técnica-Pedagógica da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RR). Professora colaboradora da Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Roraima. Professora convidada do Programa de Mestrado “Ciências da Educação” da Universidade Evangélica del Paraguay. Email para contato: simonebatista810@gmail.com



objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (BRASIL, PNE-2014-2024).

As metas trazem para centro a universalização para atendimento dos jovens de 15 a 17 anos buscando assegurar por meio do compromisso entre os entes federativos a melhoria da educação básica, suas etapas e modalidades, respeitando a diversidade regional, estadual e local. Sem dúvida um esforço que corresponde a corresponsabilidade de todas as esferas da sociedade, mas principalmente do Estado, como provedor das políticas públicas que promovam a formação humana integral, com vista a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

O PEE/RR recepcionou as metas e estratégias previstas no PNE (2014-2024) e traçou ainda outras, em observância a sua realidade. Diferente do PNE, o PEE/RR organizou sua redação em etapas e modalidades de ensino: educação infantil, ensino médio e superior e as modalidades de ensino: educação de jovens e adultos (EJA), educação especial, educação profissional integrada ao ensino médio, educação indígena, educação a distância (EAD) e tecnologias educacionais. Assim, em relação ao ensino médio no item três do plano tem-se:

Estratégia 3.1.1. Garantir, até 2020, atendimento a toda população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, o acesso ao Ensino Médio, objetivando a ampliação de oportunidades educacionais e progressiva escolarização dessa etapa.

Estratégia 3.1.9. Expandir, na rede pública, as matrículas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades do sistema prisional, das populações do campo, das águas, das florestas, das comunidades indígenas e das pessoas com deficiência, de forma a estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

Estratégia 3.1.12. Instituir, em 02 (dois) anos, a partir da vigência desse Plano, programas e ações de correção de fluxo do Ensino Médio, por meio de acompanhamento individualizado dos resultados e corrigir as distorções de aprendizagem/série, promovendo a eficiência e a equidade na oferta em todos os Municípios do Estado.

O Plano aponta como estratégias prioritárias “atendimento a toda população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos ou seja, acesso ao Ensino Médio, expansão do ensino médio integrado a educação profissional” e correção de fluxo para corrigir a distorção idade/série”. Esta meta alinha-se com as metas e estratégias nacionais. Contudo é preciso planejamento e investimento para que o estado consiga alcançar seus objetivos. Assim, é imprescindível organizar as mudanças, reconhecendo a urgência demanda desses sujeitos:

[...] em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e



propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular (BRASIL, 2017).

Assim, o ensino médio como última etapa da educação básica tem desafio como “formar esses jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas” (BRASIL, 2017).

Partindo da perspectiva das juventudes é imprescindível pensar e organizar uma escola que aceite e atenda as diversidades e, ainda suscite o respeito à pessoa humana e aos seus direitos, possibilitando aos estudantes ser protagonistas da sua escolarização e os reconheçam como interlocutores legítimos do currículo, ensino e aprendizagem.

Como forma de garantir a diversidade o PEE/RR organizou as modalidades educação jovens e adultos, educação especial e educação indígena, como uma das formas de assegurar os direitos a diversidade e as diferenças, apresentando estratégias específicas para etapa final da educação básica (ensino médio), para “assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho” (BRASIL, 2017).

RORAIMA: ENSINO MÉDIO E O DESAFIO DE FORTALECER AS DIFERENÇAS

Roraima possui no ensino médio 22.126 estudantes distribuídos entre a rede federal, estadual e privada, sendo 17.466 na zona urbana e 4.380 na zona rural, apesar dos números serem menor na zona rural, o estado tem grandes desafios, muitas dessas escolas são indígenas e encontram-se em área de difícil acesso. Conforme o PEE/RR foram projetadas estratégias específicas para atender aos estudantes dessa etapa nas modalidades da EJA, educação especial e educação indígena.

O estado possui 7.957 estudantes compreendendo as redes federal, estadual, municipal e privada na EJA, sendo que 6.278 estão localizados na área urbana e 1.679 localizados na área rural Assim, para atendimento desta população o PEE/RR traçou várias estratégias para atendimento da diversidade:

Estratégia 6.6. Implantar e implementar a oferta da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e Médio, articulada com a Educação Profissional, nas áreas urbanas, rural, comunidades indígenas e sistema prisional, oportunizando o acesso, permanência e a conclusão da Educação Básica e a inserção do jovem, adultos e idosos no mundo do trabalho.



Em relação a educação especial o PEE/RR planejou três estratégias voltadas para os estudantes com idade do ensino médio. Com um universo de 2.818 estudantes distribuídos na rede federal, estadual, municipal e privada. Sendo que, 2.329 estão na zona urbana e 489 na zona rural e 14% dessa população estudantil encontra-se no ensino médio. Tem-se:

Estratégia 7.7. Assegurar e ampliar o acesso à escolarização a todas as pessoas com deficiências em todos os níveis e modalidades da Educação Básica, disponibilizando os diversos apoios pedagógicos especializados, bem como as flexibilizações curriculares requeridas pelo processo educacional especializado, garantindo a aceleração da escolaridade aos alunos com altas habilidades ou superdotação, de acordo com o seu desempenho escolar, implementados pela Educação Especial.

Estratégia 7.13. garantir a Educação Básica e Superior, recursos e serviços para a promoção da acessibilidade, nas comunicações, nos sistemas de informações, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, inclusive, nos processos avaliativos integrantes do processo ensino – aprendizagem

Estratégia 7.18. Garantir a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil, Fundamental e Médio, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e fornecer apoio adequado às crianças, jovens e adultos da Educação Especial.

De acordo com censo Escolar número de alunos da educação especial no período de 2015/2018 cresceu aumentou em 624 alunos, isso correspondeu a um aumento de (28,5%). No estado são cinco tipos de deficiência como maior incidência com os seguintes dados: deficiência intelectual 1.768 alunos (52,8%), deficiência física 490 alunos (14,6%), autismo 302 alunos (9,0%), deficiência múltipla 209 alunos (6,2%) e baixa Visão (4,8%).

Para educação Indígena construiu-se duas estratégias, visto que, do total geral de matrículas estado, a educação Indígena representa (69,5%) dos alunos matriculados, sendo que 10% desse percentual encontra-se no ensino médio. Destacando que os municípios que tem mais escolas indígenas são Uiramutã (104) e Normandia (88). (CENSO ESCOLAR, 2018). Assim são:

Estratégia 9.5. garantir acesso, permanência e sucesso aos alunos indígenas da educação básica, atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Estratégia 9.24. Regulamentar, no Sistema Estadual de Ensino, a profissionalização e o reconhecimento do magistério indígena com a categoria de professor indígena como carreira específica, considerando as particularidades linguísticas e socioculturais que lhes são próprias.

Estratégia 9.39. Ampliar a oferta do Ensino Médio nas escolas indígenas assegurando o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos.

A Educação Indígena no período de 2015/2018 aumentou em 23,5%, com 4.105 alunos a mais que em 2015. Em 2018 a educação indígena obteve 21.569 alunos, destes 15.902 alunos da Rede



Estadual (73,7%), contemplando as etnias que formam estado: Macuxi (Maioria), Taurepang, Ingarikó, Wai-wai, Patamona, Wapixana, Waimiri-atroari e Yekuana (Mayongong), Yekuana, Yanomami, localizados nas 32 Terras Indígenas regularizadas em Roraima.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019)², Roraima tem sua população estimada em 605,761 habitantes, sendo que que população 354.859 (habitantes) estão na zona urbana e 105,620 (habitantes) na zona rural do estado e, em idade de 15 a 19 anos tem-se a configuração de 23.737 (homens) e 23.250 (mulheres). E a metas e estratégias do PEE/RR visam o atendimento dessa população nas suas diversidades, diferencia e especificidades.

Nesse contexto o currículo do ensino médio além de assegurar consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, deve possibilitar aos jovens o prosseguimento dos estudos, atendendo não só a formação geral, mas também, possibilitar “construir “aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes”, desafios e uma escola contemporânea (BRASIL, 2017).

Diante do contexto, maior desafio está com Sistema Estadual de Educação. A rede estadual em possui 383³ escolas, sendo 83 na área urbana e 300 na zona rural, ou seja 22% das escolas estão em área urbana e 78% em área rural e 259 são escolas são indígenas e muitas de difícil acesso, o que corresponde respectivamente a 14% são urbanas e 86% rurais, com um total 73.308 alunos matriculados, com 51.196 alunos /área urbana e 22.112 alunos área/rural (Censo Escolar /2018). Com relação ao ensino médio tem-se:

Figura 1 - Dados Sistema Estadual de Educação – Ensino Médio

Matrícula/ Geral	19.244
Nº de Professores	2.159
Alunos /zona urbana	15.338
Alunos/zona rural	3.338
Nº de escolas/urbana	?
Nº de escolas/rural	?

Fonte: Censo Escolar (2018).

A realidade educacional do país tem mostrado que essa etapa representa um gargalo na garantia do direito à educação. E os dados apresentados por Roraima relevam os desafios a serem enfrentadas para expansão, melhoria e manutenção da etapa final da educação básica no estado de Roraima. Assim, “é preciso ir “para além da necessidade de universalizar o atendimento”. É “crucial garantir a permanência e as aprendizagens dos estudantes, respondendo às suas demandas e aspirações presentes e futuras (BRASIL, 2017).

² Dados referência 2019: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr>

³ Dados Censo Escolar referência 2018. <https://dadosroraima.com/2019/04/resultado-do-censo-escolar-2018>



Segundo a divisão de Ensino Médio da Secretaria de Educação e Desportos de Roraima (DIEMP/ SEED/RR) o ensino médio e a educação profissional em Roraima apresentam os seguintes dados e configuração:

Figura 2 – Ensino Médio (Capital /Interior)

<i>Nº de escolas na Capital</i>	27	Nº de alunos
Colégio Militar	01	269
Escolas Militarizadas	06	1.771
Escola em tempo integral	02	412
<i>Nº de escolas no Interior</i>	45	Nº de alunos
Escolas Militarizadas	04	864
Escola em tempo integral	03	1.057
Escolas indígenas	66	2.140

Fonte: Divisão de Ensino Médio (DIEMP/SEED/RR, 2019).

Figura 3 - Educação Profissional – Centro Estadual de educação Profissional

<i>Cursos</i>	<i>Nº de alunos no Subsequente</i>	<i>Nº de alunos no Concomitante</i>
Técnico em Agroindústria	35	-
Técnico em manutenção Automotiva	96	43
Técnico em Moveis	44	-
Técnico em refrigeração e Climatização	105	45
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	96	-
Técnico em Segurança do Trabalho	82	-
Técnico em Recursos Humanos	26	107
Técnico em Serviços Jurídicos	23	56
Técnico em Cuidador de Idosos	28	-

Fonte: Divisão de Ensino Médio (DIEMP/SEED/RR, 2019).

Desse modo, o novo currículo do ensino médio deve primar pelo desenvolvimento das dez competências apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), organizadas nas aprendizagens essenciais que perpassam as quatro áreas do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas).

Segundo Nacif (2017), as modalidades são as representatividades da diversidade na BNCC e, como o termo diz “modalidade” é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e significa o padrão de uma forma própria de ser. As modalidades trazem, um perfil próprio, especial frente a um processo considerado como medida de referência. Versa, sobre um jeito de existir que traz características próprias.



Assim, todo currículo que pretende assegurar direitos, precisa ter como princípio: a proporcionalidade, o respeito, o reconhecimento e a valorização para que este modo ser seja respeitado, buscando principalmente a justiça e a equidade das diferenças que tendem inferiorizar o sujeito.

Nesse sentido, o currículo ao estimular o protagonismo, promove a continuidade dos estudos, bem como, consolida, aprofunda e amplia a formação integral, alinhado aos princípios da justiça, da ética e da cidadania. Assim, faz-se necessário “reorientar currículos e propostas pedagógicas – compostos, indissociavelmente, por formação geral básica e itinerário formativo” (BRASIL, 2017).

De modo que, os itinerários formativos, a serem ofertado pelas escolas do território precisam considerar a realidade local nas suas diferenças e especificidades, para tanto deve considerar os anseios dos jovens e garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo, possibilitando assim, a preparação para o trabalho e a cidadania.

Para que, os direitos assegurados pelo PEE/RR e BNCC ENSINO MEDIO se materializem, faz-se necessário reorientar o currículo, (re)elaborar os projetos pedagógicos, investir maciçamente na formação de professores e reordenar a rede de ensino. Estes são desafios que estão no caminho da efetivação do currículo do novo ensino médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 3, de 8 de novembro de 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 13/10/2019.

BRASIL. **Documento Introdutório da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 13/10/2019.

NACIF. P. G. S. “A Diversidade na BNCC como Modalidade”. **Cruz das Almas**: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/10705877/>>. Acesso em 15/10/2019.

RORAIMA. **Lei n. 1008, de 03 de setembro, 2015**. Boa Vista Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <<https://al.rr.leg.br/autoria/governamental/page/19>>. Acesso em 29/09/2019.

UFRR – Universidade Federal de Roraima. “Três professores cubanos vão lecionar na UFRR”. **Portal eletrônico da UFRR** [06/03/2014]. Disponível em <www.ufrr.br/ultimas-noticias>. Acesso em 15/10/2019.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 2 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima